



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS
BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE**

JOSENILTO CONCEIÇÃO LOPES SANTOS

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES COMO LIDERANÇA DE BAIRRO

**SALVADOR
2016**

JOSENILTO CONCEIÇÃO LOPES SANTOS

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES COMO LIDERANÇA DE BAIRRO

Monografia a ser apresentada à Graduação de Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gênero e Diversidade.

Orientador (a): Prof^a. Dra. Mariângela Nascimento

SALVADOR
2016

JOSENILTO CONCEIÇÃO LOPES SANTOS

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES COMO LIDERANÇA DE BAIRRO

Monografia aprovada, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em: **17 / 08 / 2016**

BANCA EXAMINADORA

Psicóloga, Doutora e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal); **Hannah Fiterman**

Profe. Pós-doutor em Estudos de Gênero (PPGICH/UFSC// UFBA); **Felipe Bruno Martins Fernandes**

ESTA MONOGRAFIA REALIZOU REVISÃO DE TEXTO:

Cláudia Santos de Jesus - Professora da Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino - BA, Mestre em Língua e Cultura - UFBA e Especialista em Revisão de Texto - AVM - Faculdade Integrada. E-mal: kaujesus@gmail.com

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Valter Pinheiro Santos, que hoje se encontra na morada eterna, por ter tido a sua vida ceifada em um acidente, no cumprimento do dever ao trabalho, do qual sustentava e cuidava de sua família; não acompanhou o crescimento de seus filhos, mas tenho certeza que está muito feliz por essa minha vitória.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Izabel Conceição Lopes Santos, pelos ensinamentos e princípios de honestidade e decência a mim apresentados diariamente em sua pessoa. Que fez todos os esforços possíveis para dá continuidade a essa jornada, me dando todo apoio e força para conquistar essa etapa de minha vida e, para isso, tantas vezes abdicou de seus sonhos para realizar os meus e abriu mão das tuas vontades em nome da criação dos seus três filhos.

Aos meus irmãos, Izaltina Conceição Lopes Santos e Genival Conceição Lopes Santos, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida. Pelo amor e compreensão sempre, até mesmo no decorrer do projeto, entendendo a minha falta e amparando a nossa mãe, dando a ela atenção devida.

À minha esposa, Diana de Jesus Lopes Santos, que me apoiou nas horas mais difíceis e nas minhas experiências de aperfeiçoamento rumo à compreensão do feminismo, que se encontra ainda em curso. Pelo amor e compreensão sempre me deixando mais tranqüilo, nos momentos mais difíceis do curso e até mesmo no decorrer do projeto. Dando-me apoio nas minhas decisões, por mais que algumas prejudicassem algumas das partes.

Aos meus filhos, Carolina Valeria Viana de Souza Santos e Uriel Vinicius dos Santos, por terem me proporcionado a maior felicidade deste mundo, pela paciência nos momentos em que estive ausente e pelos momentos felizes juntos, que me enchem de satisfação por ser pai, pois ambos convivem comigo, um indivíduo que procura melhorar como ser humano e se tornar um bom exemplo para eles segundo os princípios nos quais fui formado.

A Deus, que na grandeza de seu amor deu-me o dom da vida. Por ter me dado força durante esses quatro anos de curso, em meio adificuldades, por ter me iluminado nas decisões mais difíceis e por ter me guiado ao longo do curso para trilhar o caminho mais correto possível.

À direção e ao corpo técnico-administrativo da Universidade Federal da Bahia, em especial ao Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade, por ter possibilitado a realização da minha vida profissional e intelectual.

À orientadora Mariângela Nascimento, pela sua dedicação, atenção e carinho ao ler e corrigir os textos, respondendo as dúvidas que surgiram na elaboração do trabalho.

Aos colegas e amigos do Curso, com quem partilhei bons momentos e conhecimentos, juntos nós ajudamos a tornar o percurso do curso menos doloroso e mais humano.

Aos meus amigos, a todos os que eu chamo de amigos/irmãos, pela compreensão dedicada a mim, por todos os momentos em que não me fiz presente em nome desta jornada, a mim emprestarem os ombros e os ouvidos para amparar-me em lamentos ou desabafos.

Às mulheres do subúrbio rodoviário, que contribuíram com a minha pesquisa, através das entrevistas, conversas e esclarecimentos que foram fundamentais para conhecer o objeto da minha pesquisa.

RESUMEN

Este es un estudio sobre las mujeres que se han convertido en líderes en las comunidades del suburbio ferroviario de Salvador. Con ese propósito, se analizaron sus trayectorias y las formas de resistencia en el enfrentamiento de la cultura patriarcal y machista. La investigación presenta el contexto histórico y social de esa lucha y las estrategias usadas por las mujeres para movilizar a la comunidad, organizar y formalizar el movimiento que fue capaz de promover reflexiones sobre temas en la perspectiva de género y debatir la equidad en las relaciones del poder institucional. A partir de ahí, se señalaron las dificultades de esta lucha en el proceso de inclusión de las mujeres en la estructura institucionalizada de los movimientos comunitarios. Lo que lleva a concluir que las mujeres ocuparon el papel de líderes en el movimiento comunitario, pero fueron excluidas en el proceso de institucionalización de ese mismo movimiento, siendo los cargos de jefatura ocupados por los hombres. Esta conclusión fue corroborada por el habla de las mujeres que participaron activamente en la creación del movimiento comunitario de esa región.

Palabras clave: Mujeres. Movimientos Sociales. Empoderamiento.

RESUMO

Este é um estudo sobre as mulheres que se tornaram lideranças nas comunidades do subúrbio ferroviário de Salvador. Com esse propósito, foi analisada suas trajetórias e as formas de resistência no enfrentamento da cultura patriarcal e machista. A pesquisa apresenta o contexto histórico e social dessa luta e as estratégias usadas pelas mulheres para mobilizar a comunidade, organizar e formalizar o movimento que foi capaz de promover reflexões sobre temas na perspectiva de gênero e debater a equidade nas relações do poder institucional. A partir daí, foram apontadas as dificuldades dessa luta no processo de inclusão das mulheres na estrutura institucionalizada dos movimentos comunitários. O que leva a concluir que as mulheres ocuparam o papel de líderes no movimento comunitário, mas foram excluídas no processo de institucionalização desse mesmo movimento, sendo os cargos de chefia ocupados pelos homens. Essa conclusão foi corroborada pela fala das mulheres que participaram ativamente da criação do movimento comunitário dessa região.

Palavras-chave: Mulheres. Movimentos Sociais. Empoderamento.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1 A MULHER NA SOCIEDADE MACHISTA.....	9
1.1 A MULHER E SUA LUTA.....	9
1.2 AS MULHERES NA COMUNIDADE DE PLATAFORMA.....	16
2 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIOECONÔMICO E CULTURAL.....	20
2.1 UM POUCO DE HISTÓRIA.....	20
2.2 A REALIDADE SOCIAL DOS ANOS 90, ÉPOCA DAS DESBRAVAÇÕES....	23
2.3 O CAMINHO DAS LUTAS DAS MULHERES.....	25
3 MULHER E PARTICIPAÇÃO NA LUTA COMUNITÁRIA.....	26
3.1 AS MULHERES DA COMUNIDADE.....	26
3.2 OS ENTRAVES CRIADOS PELA AMNPEC.....	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	40

APRESENTAÇÃO

Em uma sociedade machista e patriarcal diversos atributos são definidos, previamente, para estabelecer o lugar da mulher e do homem, como se fossem características naturais específicas de cada gênero. Da mulher se diz que é emotiva, frágil, indecisa, passional, delicada, bela, pouco racional, feita para o lar e os filhos; Já o homem tem um espírito teórico, forte, racional, independente, ativo e inteligente. Na verdade, são determinantes naturalizados que não correspondem à condição do “ser mulher” ou “ser homem”, mas esses valores prévios acabam sendo aceitos sem questionamentos, de forma acrítica, gerando e justificando a dominação histórica do homem sobre a mulher.

Hoje, apesar das vitórias alcançadas, a mulher ainda enfrenta muitas barreiras que tentam impedi-las de conquistar novos horizontes e assumir seu papel político. Assim, o grande desafio ainda está em transformar o quadro de desigualdades entre homens e mulheres nos espaços do poder institucional, nas direções de partidos políticos, sindicatos e associações sociais. O lugar de direção e decisão do poder institucional está sendo ocupado, na sua maioria, por homens, pois são considerados espaços “naturais” dos homens e lugares estratégicos que mexem fundamentalmente com a vida da sociedade. Diante desse contexto, é preciso destacar que a maior consolidação das instituições de poder e representação é um dos legados positivos da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), legado este construído também pela atuação política coletiva e ativa das mulheres durante muitos anos.

Embora as representações nas instituições políticas tenham crescido em número de mulheres ocupando cargos de direção, estamos muito longe da paridade de gênero em todos os níveis de poder. Mesmo com as conquistas da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), garantindo os direitos da mulher, promovendo e viabilizando a igualdade e assegurando o seu lugar na vida política, a participação política das mulheres tem, na prática, se limitado aos lugares informais de poder, nos movimentos sociais e espontâneos, desvinculados dos espaços institucionais do poder. Isso significa que, embora muitas mulheres tenham lugar nas associações de bairro e de organizações civis em geral, essa participação não é refletida e avaliada com as mesmas ferramentas teóricas e empíricas, quando analisamos os poderes institucionais. Ou seja, a participação das mulheres em organizações da sociedade civil não tem o mesmo impacto nas esferas de decisão, por não estar ocupando um lugar no poder institucional.

Apesar disso, a participação das mulheres nas entidades formais constitui hoje um grande indicador do grau de avanço no processo de democratização, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse avanço, no entanto, não tem contribuído para mudar o desequilíbrio quantitativo entre o acesso de homens e mulheres ao poder, principalmente na representação política.

A presente monografia se propõe a estudar e analisar a participação das mulheres nas entidades de bairros do subúrbio de Salvador diante da construção de uma sociedade democrática, justa e solidária. Toma como referência a experiência real de mulheres da comunidade do subúrbio ferroviário, que ao tomarem iniciativa de criar uma associação para organizar suas demandas locais, e após a sua consolidação enquanto entidade representativa e institucionalizada, enfrentara um processo de exclusão no momento de definirem e elegerem a nova direção.

A primeira seção vai tratar da luta histórica da mulher, suas conquistas e seu lugar no enfrentamento à sociedade machista. Na segunda seção será apresentado o contexto em que ocorrem essas lutas, a realidade das mulheres do subúrbio. Na terceira seção será apresentada as entrevistas das mulheres pesquisadas, que vão contar sobre suas experiências. Para viabilizar a manifestação das mulheres foi utilizada a estratégia metodológica das rodas de conversação e de técnicas da pesquisa qualitativa, como as entrevistas.

Com isso, será finalizada esta monografia, um trabalho que tem por propósito resguardar e analisar a história de mulheres empoderadas, que tiveram que enfrentar a estrutura institucional machista e exclusiva, ou seja, foram excluídas de um processo da qual foram autoras e criadoras.

1 A MULHER NA SOCIEDADE MACHISTA

1.1 A MULHER E SUA LUTA

Estamos em uma sociedade historicamente marcada por preconceitos, discriminação e intolerância, sendo uma das principais vítimas as mulheres. As mulheres convivem com esses sentimentos no seu dia a dia, apesar das conquistas de direitos nas últimas décadas, das políticas públicas específicas às mulheres, da criação de Secretarias no governo Lula, das leis contra a violência, como exemplo a chamada lei do feminicídio (Lei 13.104/2015, 09 de março 2015) e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 7 de Agosto 2006), entre outras conquistas. Dessa forma, mesmo que as questões feministas ganhem cada vez mais visibilidade pública e lugar nas agendas governamentais, o machismo continua a ser reproduzido e a fazer vítimas, segundo dados das estatísticas, o Brasil é um dos campeões no número de violência a mulheres por seus companheiros. (Dossiê Mulher 2015, Mapa da Violência 2015, IPEA)

Com tantas mudanças, entretanto, podemos afirmar que em pleno século XXI, continuam as situações discriminatórias que confirmam posições de desigualdade entre homens e mulheres. Uma das realidades que mais nos ajudam a afirmar isso é a divisão sexual do trabalho. No mercado de trabalho os homens ganham mais pelo mesmo serviço, e mesmo que as mulheres ocupem aquelas profissões reservadas para os homens, elas são super exploradas e enfrentam dificuldades maiores para ascender profissionalmente, principalmente para ocupar posições de chefia no trabalho. Quando analisamos essa realidade no campo da política institucional, que requer assumir cargo de representação institucional, constatamos que a realidade é de sub-representação feminina nos espaços institucionais de poder. A discriminação da mulher se estende a muitas outras áreas sociais e profissionais, ocorre nos meios de comunicação, no campo artístico, na justiça, na família etc.

Historicamente, a luta política das mulheres no Brasil teve início com a participação na luta pelo direito ao voto. Essa batalha teve êxito com a conquista do direito ao voto à mulher, ocorrida em 1932, tornando-se um marco da luta feminista no país. Essa conquista é resultado da persistência contínua do movimento sufragista que teve início no século XVIII, em meio à Revolução Francesa, e emergiu no Brasil em 1919, o que culminou com a conquista do direito ao voto pelas mulheres no ano de 1932. Entretanto, essa conquista não foi suficiente para que as mulheres superassem o processo de exclusão na vida pública e, até os

dias atuais, continuam a ser sub-representadas em todas as esferas do poder institucional, mesmo em períodos em que se instalou o processo democrático.

No ano de 2002, o novo Código Civil consolidou as mudanças constitucionais, as quais determinaram e regularizaram as garantias das mulheres a fazer uso de seus direitos civis e sociais, regularizando também a penalização a quem ferir estes direitos, mas essa conquista no plano formal e legal, enfrentam dificuldades para se tornar realidade.

O aspecto legal que consolida tais conquistas, garantindo que nada poderá obstruir a igualdade de gênero no país, revela suas limitações jurídicas na prática. Nesse caso, cabe indagar: o que tem impedido que a igualdade de gênero aconteça, de fato, na prática? Aqui se começa a entrar no tema da referida pesquisa. A afirmação é de que, as conquistas no campo das leis são fundamentais, mas sem as mudanças no campo cultural, não se tem o efeito prático. A barreira cultural, promovida pelo patriarcalismo e machismo, impede a mulher de ocupar seu lugar na sociedade, tendo de enfrentar todo tipo de opressão e discriminação. A mulher, para chegar a altos cargos nas empresas e no governo, sofre muitos desgastes, especialmente naquelas ocupações que não são consideradas apropriadas às mulheres, diferentemente daquelas consideradas próprias à “natureza” feminina, como a saúde, educação ou assistência social, todos esses campos tradicionalmente reservados às mulheres.

Mesmo em países de primeiro mundo, as mudanças ainda são insipientes, é o caso da Suécia, país que está no topo do *ranking* de igualdade, uma mulher recebe 71% do salário de um colega homem, na mesma posição. Nos Estados Unidos, em 2013, somente 15% dos cargos parlamentares, ministeriais e de chefes de Estado foram ocupados por mulheres. Segundo o Guia¹ interativo, que mostra o mapa da desigualdade de gênero no mundo, durante cinco anos, o país considerado com a melhor ou menor desigualdade de gênero foi a Islândia, dados estes colhidos do relatório do Fórum Econômico Mundial. (Guia BBC, 2013)

Ao analisar a realidade brasileira, é possível perceber três grandes obstáculos que configuram a desigualdade de gênero: o abismo salarial entre os dois sexos; os poucos cargos políticos ocupados por mulheres (sub-representação) e a desigualdade no acesso à Educação. Apesar de as mulheres ocuparem a maioria dos bancos das universidades (quase 60%) e estudarem mais do que os homens, em termos proporcionais, ingressam menos que os homens no Ensino Fundamental. Ou seja, em porcentagem relacionada ao Ensino Fundamental, as

¹Guia BBC, 2013. O Brasil não avançou nem regrediu no ranking, mantendo-se na 62ª posição. De forma geral, a desigualdade entre os sexos diminuiu no mundo, com avanços registrados em 86 dos 136 países analisados, que representam mais de 93% da população mundial. No entanto, as mudanças são lentas, afirma a principal autora do relatório, Saadia Zahedi.

mulheres, mesmo em menor número, ao conseguirem ultrapassar o Ensino Fundamental, conseguem seguir adiante mais do que os homens, pois esses acabam parando no nível fundamental para ingressarem no mercado de trabalho, segundo o DIEESE². (DIEESE,2007). O Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-Ba), no IV Congresso Nacional de Mulheres Petroleiras, 2015, apresentou dados sobre a Petrobrás, uma empresa estatal de capital misto, na qual o ingresso para ocupação no quadro funcional é realizado por meio de concurso público, e tem em sua composição apenas 14,6% de mulheres em um universo de 86.111 funcionários. Estes dados foram usados como referência para a formação da composição da diretoria do referido sindicato.

Observando a composição formal dos cargos eleitos na Assembleia Legislativa, em 2014, e a composição da diretoria dessa casa, verifica-se a sub-representação, apesar de mais da metade da população e eleitorado serem do sexo feminino, como demonstrado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015): 53,4% dos eleitores são do sexo feminino. No Poder Legislativo do estado da Bahia, por exemplo, a média de mulheres eleitas não tem alterado, em um universo de 63 vagas de deputados/as, não passa de 10% de mulheres eleitas. A disparidade da representação entre os sexos, levado aos critérios analíticos de gênero, leva a confirmação de que a sociedade está longe de entender que a mulher faz parte da vida pública e política, por isso, é um ator político capaz de mudar sua própria história.

Na obra de Simone de Beauvoir(1980 [1949]),“O Segundo Sexo”,encontramos a definição da categoria gênero a partir da condição da mulher. Nessa obra, ela analisa um conjunto de categorias as quais estão diretamente vinculadas à questão de gênero. A obra, publicada em 1949, se transformou em um clássico da literatura feminista, sobre tudo por disseminar a ideia de que as mulheres não nascem mulheres, mas se tornam mulheres. Ou seja, as características associadas tradicionalmente à condição feminina derivam menos de determinações da natureza, da biologia, e mas de mitos disseminados pela cultura machista e patriarcal. O livro, portanto, questiona a maneira como os homens olhavam as mulheres e como as próprias mulheres se enxergavam ao longo da história. Em uma passagem do livro, a autora afirma que:

Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a

² Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.DIEESE, Ano 3 – Nº 37 – Novembro de 2007.

um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata, para a mulher, de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade. (BEAUVOIR, 1980 [1949]).

Essa afirmação reforça a constatação dela de que o opressor não seria tão forte se não existissem cúmplices entre os próprios oprimidos e oprimidas. O que verificamos nas relações do poder é que, mesmo com as lutas por igualdade de gênero, a realidade tem mostrado e levado a um pessimismo de que na esfera do poder dificilmente uma demanda de uma representante feminina é colocada em prioridade de apreciação na pauta do dia no plenário. Como dizem Fischer e Marques (2001):

As relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder. (FISCHER; MARQUES, 2001)

Recentemente, em 2015, uma deputada da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), apresentou um projeto de Lei proibindo a vinculação de propaganda da mercadoria a ser consumida ao corpo da mulher e o uso de imagens que explorem o corpo feminino como mercadoria e atrativo na publicidade. Esse projeto tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça e ainda não teve a devida importância, afinal vai “mexer” com muitos interesses de empresários que reproduzem a lógica do mercado.

Por outro lado, ao chegar à ALBA, é fácil constatar que a maioria de trabalhadores/as no setor de serviços é composta por mulheres, sempre em cargos que não impliquem a participação nas decisões do poder. São contratadas para auxiliares administrativas, copeiras, serviços gerais, entre outros, e a maioria dessas trabalhadoras tem contratos temporários ou são funcionárias contratadas de empresas terceirizadas.

Apesar de tantas dificuldades em reverter essa cultura machista, as mulheres no Brasil tiveram uma grande conquista que foi consolidada em 2006, a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Esta lei definiu um novo marco na proteção dos direitos das mulheres, direitos estes que antes eram negados, pois eram interpretados a partir de uma dicotomia social entre os espaços públicos e privados, que segundo Saffioti (1992), este tipo de análise dicotômica, se não for bem interpretada, funciona como uma mola propulsora a violência. Segundo a autora, consiste em um problema social cujo exame encontra-se entrelaçado aos estudos de gênero,

raça/etnia, classes sociais e patriarcado. Para Saffioti (1992), não somente homens, mas também as mulheres são portadoras da ideologia machista, por isso, “não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 10).

As funções historicamente definidas ao determinar que o espaço público pertence aos homens, e o espaço privado, as atividades do lar, o cuidado com a família relacionado à mulher, mantém e reproduz uma situação de opressão. Essa concepção transformou o privado em um local de violência de gênero, em que o opressor se sente à vontade para fazer uso dessas práticas, pois não será punido, por ter ocorrido em local considerado privado, onde o Estado não entra. Entretanto, com a aprovação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), foi rompido essa dicotomia rígida entre privado e público, e o privado, o ambiente doméstico, que anteriormente era um ambiente restrito e passivo de imensas transgressões de direitos, se transformou em um local público e de intervenção legal e política, confirmando a idéia de que “o pessoal é político”.

Apesar de muitas conquistas, a mulher, até o nosso século XXI, ainda enfrenta diversas barreiras e discriminações diante de uma sociedade que permanece machista. A elaboração da Constituição Brasileira de 1988 foi fundamental para ampliar os avanços e conquistas da luta feminista. A Constituição possibilitou a criação de Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais, um significativo crescimento das organizações civis e associações diversas. Esses espaços públicos de participação social têm ampliado a inclusão, cada vez mais, das mulheres na vida pública. Outros espaços foram abertos e tiveram as mulheres à frente como autoras políticas, sejam para reivindicações pontuais, manifestações de resistência, mobilização social etc.

Houve três políticas principais que foram propulsoras das questões relacionadas a gênero, e que impulsionaram a formularmos as seguintes reflexões: O que é? Por que? Para quem? Trata-se das iniciativas públicas voltadas para gênero que resultaram na criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional consubstanciada no Programa Fome Zero; a Política de Promoção da Igualdade Racial, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –SEPPPIR; a Política da Promoção da Igualdade de Gênero, impulsionada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres –SPM. Essas iniciativas foram a alavanca propulsora de políticas públicas nas quais se fez o caminho da incorporação da perspectiva de gênero em suas formulações conceituais, e que, a partir dessa

incorporação, possam assegurar sua transversalidade no conjunto de todas as instâncias e competências institucionais, técnicas-administrativas da governabilidade do Estado brasileiro.

Em outras palavras, garantiu-se que a igualdade de gênero fosse incorporada na governabilidade democrática, tendo a realização desta nas mãos da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, uma vez que esta diretriz política está cunhada no PPA 2004-2007, com o objetivo primeiro de tratar a inclusão social e a redução das desigualdades, como a meta de promover a redução das desigualdades de gênero, e assim, diminuir as disparidades de representação e conquistas nas relações de gênero.

É necessário destacar, no entanto, que o campo das políticas de igualdade de gênero é particularmente complexo e atravessado por múltiplos pontos de tensões, que dizem respeito à formulação de princípios, aos seus enquadramentos jurídicos e aos processos que lhe são devidos de intervenção. A análise dessas iniciativas, neste momento, requer concomitantemente a necessidade substantiva de se entender os pressupostos analíticos que as fundamentam, assim como compreender os métodos que deve viabilizar a sua implementação.

Por exemplo, nas políticas públicas, a transversalidade de gênero é uma questão a ser estudada, pois é necessário entender a ideia que este tema nos traz, é preciso elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências correlacionadas com o tema, abarcando esse tema nas políticas institucionais e na gestão das diversas esferas do poder, transformando os agentes públicos em atores de transformação da cultura e transferindo para eles a responsabilidade em relação à superação das desigualdades de gênero, nas distintas esferas do governo. Esta transversalidade pretende garantir a ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres. As perspectivas de gênero consideram que as políticas públicas devem contemplar ações comuns e integradas com as diversas esferas, nesse caso, para Silva (2011):

[...] a proposta da transversalidade tem encontrado campo fértil, especialmente no campo da gestão pública, como estratégia conceitual e operacional para permitir a incorporação de visões multifacetadas sob problemas complexos. Entretanto, em contraste com a crescente referência à transversalidade na literatura sobre políticas públicas, é limitado o número de estudos que avançam para além do diagnóstico de sua necessidade ou ainda aprofundem conceitualmente o que seria essa tão desejada transversalidade.(SILVA, 2011).

Além da eficácia de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero, para a condição de haver uma mudança no perfil da institucionalização vigente, há de se reconhecer a influência de outros fatores estruturais na reprodução e ampliação de direitos, para combater as desigualdades históricas de gênero, sobre as mulheres principalmente.

Seguindo os propósitos desse trabalho monográfico, cumpre observar e analisar esses avanços e a democratização dos espaços públicos de participação, e a crescente inserção da mulher nos movimentos sociais. É correto afirmar, e as estatísticas têm mostrado isso, que cada vez mais, a mulher tem ocupado papel de liderança e tomado decisões no seu ambiente de moradia ou nos grupos identitários. Essa afirmação baseia-se na própria experiência e convivência com as mulheres inseridas nas lutas sociais, dos bairros do subúrbio de Salvador, Boiadeiro e Conjunto Nova Primavera, onde foi possível participar diretamente das lutas dessas comunidades tendo as mulheres à frente, mobilizando, organizando e tomando decisões. Durante alguns anos participando das lutas dessas comunidades, foi possível constatar esta capacidade de lideranças revelada por elas. As mulheres dessa comunidade se apresentaram como grandes lideranças locais, tomando a frente para demandar melhorias na região. Revelaram-se capazes e empoderadas.

Entretanto, foi possível perceber também que essas mulheres não se reconheciam como lideranças, pois, apesar de elas mobilizarem, organizarem e articularem grupos de pessoas, a maioria de mulheres que reivindicavam direitos, não ocupavam os espaços de decisão política no ambiente comunitário. Quando os grupos sociais organizados e liderados por essas mulheres pleiteavam um lugar de representação nas instituições (Associações, Sindicatos, Partidos Políticos etc.), ocorriam obstruções da representatividade feminina. Ou seja, as instituições que tinham poder de representar e mediar as políticas em diversos aspectos e espaços, por serem edificadas pelos valores machistas, excluía a participação das mulheres nos espaços institucionais do poder, negando a elas, o direito de representação, de propor e liderar formalmente as instituições às quais elas davam vida social.

A experiência de lutas nessas comunidades possibilitou constatar uma outra realidade: muitas dessas mulheres, no seu ambiente doméstico, revelaram total desinteresse em dialogar sobre as questões políticas. Na sua condição de mãe, esposa, filha, dona de casa, as mulheres direcionavam seus esforços e suas aptidões para os trabalhos domésticos e afazeres familiares, desvinculando a sua condição de militante política. Ou seja, não dialogava com a família as questões públicas, os problemas da comunidade e sua inserção nesses movimentos. Apesar dessa observação que fez concluir sobre a relação do espaço privado e público, pôde-se

constatar que em diversos momentos as mulheres que estavam à frente da luta comunitária, ao serem desafiadas e terem os seus direitos feridos, reagiram espontaneamente na defesa desses direitos. São justamente esses desafios que as colocaram na luta em defesa de direitos e fizeram delas lideranças na sua comunidade.

As duas condições em que a mulher está inserida, ambiente familiar e militância política, na verdade não estão em sintonia. O que se podia perceber em conversa com essas mulheres era a falta de estímulo para a vida política e a repreensão quando os temas políticos são levados para o ambiente doméstico. Várias destas mulheres atrelavam sua submissão ou passividade no ambiente familiar à dependência financeira aos seus companheiros, entretanto, muitos deles são beneficiados pelos resultados conquistados por estas mulheres, mesmo que eles não reconheçam os resultados da luta feminina e não associem seus ganhos com essa luta.

Esse é o tema central desse trabalho de conclusão do curso de Bacharelado de Gênero e Diversidade. Nele pretende-se estudar e analisar a realidade dessas mulheres do subúrbio, que atuam nos movimentos comunitários como lideranças e são alijadas das instituições de representação política.

1.2 AS MULHERES NA COMUNIDADE DE PLATAFORMA

Por volta do final dos anos 80, do século XX, as ações das mulheres do subúrbio de Salvador intensificaram-se, quando um grupo de mães colaboradoras criou, nos Alagados da Enseada dos Tainheiros, uma organização chamada Mães dos Alagados, grupo este que serviu para a emancipação intelectual e política das mulheres das comunidades das palafitas³, que, posteriormente, passou a denominar-se “Mulheres por moradia”. Este grupo lutava pelo direito à habitação digna e aos atendimentos sociais para a melhoria de qualidade de vida das comunidades carentes, que na sua maioria, eram representadas por mulheres chefes de família.

Suas conquistas obtidas em 1992, deram frutos com a construção de conjuntos habitacionais populares em algumas dessas comunidades, o primeiro chamado Araçás I, depois Araçás II, logo após o conjunto Nova Primavera e conjunto Boiadeiro. Estes

³ Palafitas é uma região de moradia com residências construídas elevadamente, em locais alagados, usando na sua maioria madeiras, com as residências interligadas por pontes entre si, evitando serem arrastadas nas cheias das marés e nos alagamentos dos rios.

empreendimentos habitacionais, ao ficarem prontos, foram entregues a famílias que moravam em palafitas e que fossem chefiadas por mulheres, prioritariamente. Havia um cadastro a ser seguido, e estas casas ficaram registradas em nome das mulheres. Essa iniciativa foi considerada como uma vitória, pois graças à luta das mulheres dessa região de Plataforma, foi possível esta conquista, a construção de moradias para as famílias do subúrbio ferroviário em Salvador.

Passados alguns anos, os movimentos que surgiram e atuavam nas comunidades, passaram a ter a necessidade de se formalizar, para garantir a representação formal nas comunidades, agora assentada em casas de alvenaria. Entretanto, as ações das mulheres, culminando com algumas conquistas, em especial a da habitação, não foi suficiente para que elas superassem o processo de exclusão e preconceito. As restrições ao exercício da cidadania e atuação política dessas mulheres só seriam amenizadas com a formalização de uma entidade que as representassem nas suas diversas demandas.

Entretanto, apenas no ano de 2006 é que as mulheres do subúrbio ferroviário conseguiram tornar os seus sonhos de representação institucional em realidade. O acontecimento foi importante, mais o resultado não foi o esperado, pois foi um período em que as mulheres se reuniram em torno de diversas bandeiras demandadas por essa comunidade, para a estruturação de seus ideários e da construção de uma nova cultura que difundisse as proposições de equidade entre os sexos. Em 2009, foi criada a comissão para a formalização das questões dessas mulheres no nível comunitário e, em 2010, foi institucionalizada esta iniciativa das mulheres, fortalecendo-as; entretanto, as coisas não aconteceram como esperavam, no que se refere à equidade social e de gênero.

Nos bairros, o direito à representação veio, mas, na composição da entidade, não. Se a entidade fora criada para abarcar as demandas e defender bandeiras históricas destas mulheres, agora que caminharam para a criação e formalização de uma entidade, que foi a Associação de Moradores Nova Primavera e Enseada do Cabrito, doravante (AMNPEC), o que aconteceu foi a apropriação dos cargos de direção pela figura masculina, portanto, as mulheres não ascenderam aos cargos de decisão ou relevância da entidade. O que aconteceu foi que, secretamente, se iniciou um bombardeio de descaracterização dessas mulheres, lideranças que se dedicaram por décadas para construir na comunidade uma instituição organizada e forte para promover melhorias em diversas áreas sociais, o que na verdade aconteceu, várias conquistas foram obtidas.

Ao constituir a nova entidade, as mulheres perceberam que a luta que as uniram e as levaram a diferentes conquistas estava em risco, por causa das várias intenções e preconceitos vindos dos homens da comunidade. Os mesmos homens que se colocaram a ajudá-las com as mais diversas intenções, em 2010, através de uma assembléia geral, convocada com intuito de formalizar e divulgar a fusão dos diversos grupos, para representar as diversas demandas e os vários bairros envolvidos, passaram a excluir as mulheres e a ocupar os lugares de direção da instituição.

As mulheres que vieram a exercer de forma plena a liderança de diversas mobilizações sociais na região, deveriam ser escolhidas como representantes dos vários segmentos da sociedade para compor a assembléia de formação da direção da AMNPEC, aumentando o número de mulheres na direção da instituição, no entanto, o que aconteceu foi a exclusão dessas mulheres e frustrada a possibilidade de mudança de mentalidade.

A criação e regulamentação da AMNPEC, no início do processo de formalização da entidade na comunidade, nos âmbitos dos moradores, das ruas, dos bairros, com relação ao Estado e Município, apesar das limitações e frustrações, trouxe uma série de inovações na capacidade de diálogo. O novo momento ampliava o corpo político dos bairros envolvidos, concedendo o direito a um grupo maior para organizar e mobilizar os votos da maioria da população para a eleição da diretoria da nova entidade. Foram mais de vinte e uma pessoas que pleitearam as nove vagas que compunha a diretoria, entretanto, foi um homem, que assumiu a direção do processo e propôs a tomada de critérios para a ocupação destes cargos. Segundo ele, era necessário atender com cuidado ao estatuto social da entidade, que faz referências à não discriminação: sem distinção de sexo, religião, raça ou classe.

As mulheres que achavam ter adquirido ali, pela primeira vez, após árduas lutas, sua cidadania política e social, viram o dismantelo de seus grupos de resistências e a formação de uma entidade que nascia grande para brilhar e com força para resolver diversas demandas sociais das comunidades e a apropriação pelo poder masculino.

As mulheres destas comunidades foram se desvinculando gradativamente dos afazeres domésticos, que a absorviam por completo, sendo atraídas e seduzidas por atividades situadas na esfera da vida coletiva. Essas mulheres tiveram um choque no dia seguinte, com a distorção nas propostas que foram colocadas para apreciação na assembléia de constituição da AMNPEC, na presença delas, observando que as mesmas não condiziam com a realidade do que fora apresentado. Estas propostas foram manipuladas e a ata relatada e sistematizada com distorções. Se no momento fosse utilizado o critério de representação, ou o de presença, que

por hora era de 93% de mulheres e 7% de homens, na hora do fechamento da diretoria teriam um resultado bem diferente do alcançado, pois a composição ficou de 75% de homens e 25% de mulheres e as outras mulheres não contempladas no corpo da direção foram alocadas nos cargos subalternos de conselhos de ética e fiscal.

A passagem da vida doméstica, privada e familiar para a coletiva, pública e política, processara-se mediante o ingresso das mulheres em associações e movimentos sociais, onde discutiam idéias de melhores condições da vida social e política, foi fortemente maculada pela estratégia do poder masculino, que se utiliza de métodos espúrios para manter-se como maioria na detenção do poder, novamente a cultura machista interpõe a luta da mulher.

Pode-se notar que no caso da AMNPEC, já estava em ascendência a entrada das mulheres na entidade, coisa que não se efetivou por completo ou da forma que se era esperado. Com a formalização, mais uma vez os homens em uma atitude desleal, restringiram o tamanho e o poder de participação das mulheres envolvidas, tirando assim o poder de decisão política que era de direito das mulheres, para esta entidade particularmente, pois estas foram a idealizadoras e propulsoras do movimento que deságua neste organismo político ao qual os usurparam levemente em sua formalização.

É possível afirmar que este fato reflete a sociedade machista, tendo em vista que este acontecimento expressa os preconceitos da posição patriarcal, com a clara intenção de restringir um direito que as mulheres já entendiam ter conquistado, que é a sua inserção na vida política. O voto para as mulheres, conquistado em 1932, chegou como resposta da luta em defesa dos direitos e participação nas questões da vida política, mas, em contrapartida a essa vitória feminina, viu-se o recrudescimento da cultura patriarcalista, o direito que o voto daria às mulheres causou impacto nessa cultura. Isso se refletiu no processo de escolha da direção da AMNPEC, no qual foi claramente cerceado o direito da ampliação da participação das mulheres na composição da diretoria da Associação, o que foi motivo da formalização de compromisso entre os homens e mulheres em conversas anteriores, no qual foi consensual que o principal critério seria a paridade entre os sexos, e que os homens liberariam espaços se este fosse motivo de disputa.

O resultado deste compromisso verbal, estabelecido entre homens e mulheres, enquanto candidatos às vagas da direção da AMNPEC, tornou-se o momento conflituoso de acesso ao poder, e como resultado desta quebra de confiança, as mulheres iniciaram logo em seguida um grupo de oposição, como algo inadiável, em meio aos resultados dessa primeira iniciativa institucional.

Diante do exposto, na próxima seção, apresentaremos um pouco da história da realidade social dessas mulheres.

2 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIO ECONÔMICO E CULTURAL

2.1 UM POUCO DE HISTÓRIA

A situação de submissão das mulheres é um fenômeno histórico. Esta constatação faz entender que não existe uma predestinação ou condições naturais na qual a mulher é inferior ao homem. Com base em uma breve e resumida apresentação da história, baseada em estudos feitos pelas autoras Costa (1998), Saffioti (1992) e Scott (2016), podemos afirmar que, no início da organização da vida social, em muitas culturas, principalmente aquelas que deram origem ao processo civilizatório ocidental, quando as relações de grupo foram submetidas a uma forte hierarquia de poder, as mulheres são colocadas na base dessa hierarquia, excluída de qualquer função pública.

Com o passar dos anos, com o desenvolvimento da sociedade, e mais precisamente quando a organização social e política, passa a ser pautada pela lógica privada, como nos fala a filósofa Arendt (2009), ao afirmar que a modernidade promoveu a inversão de valores, quando a lógica da casa, do *oikos* ganha dimensão pública. Nesse sentido, mudaram os valores, as relações de poder e a convivência, e a mulher foi mais uma vez encerrada nos espaços da casa, restrita aos cuidados da família como reprodutora da força de trabalho para a sociedade capitalista.

Nesta estrutura hierárquica, as mulheres continuaram a ser subjugadas ao poder dos homens, sem intenção de se deter a longos relatos históricos, mas foi nesse contexto que a condição feminina foi se alterando. Já o século XIX, pode-se assim afirmar, foi o século no qual se despertou a reação das mulheres e, conseqüentemente, o desejo de reverter a vida rotineira de donas de casa, submissas aos maridos e a família. As mulheres passaram a se organizar em movimentos feministas e foram em busca de sua inserção na sociedade, isto as impulsionaram a irem à luta por seus direitos, assim começaram a mudar os seus destinos, e mandaram recado à sociedade machista: querem direitos iguais.

Estas primeiras manifestações desafiaram a ordem patriarcal e machista, de valores conservadores e opressores, que percebiam a mulher apenas como reprodutoras de mão de obra para o capitalismo e subordinada ao lar, sem direito a se mobilizarem e participarem da vida pública e política. Sua luta visa a desnaturalização do lugar de reprodutora e cuidadora dos filhos e marido, para afirmá-las como sujeitos ativos na luta política, participando do poder de escolha e decisão política. Combater a cultura da mulher como indivíduo sem direitos e apenas com deveres a serem cumpridos, isso passou a ser questionado e a resistência teve início. (COSTA, 1998).

No mesmo século XIX, a Revolução Industrial marcou a introdução da maquinaria no processo de produção de mercadorias e de concentração de grandes contingentes de trabalhadores nas fábricas. Nesse contexto, a mulher começa a ser inserida no mercado de trabalho e, além das atividades domésticas e familiares, a mulher passa para o mundo do trabalho como uma força de trabalho oprimida, excluída de direitos fundamentais. Essa condição de dupla jornada de trabalho e exploração provoca grandes manifestações de reação e resistência na busca dos direitos feministas, como os salários igualitários, a redução de horas de trabalho e o direito de votar e serem votadas, isto vindo de encontro ao sistema político vigente e ao capitalismo.

Com o crescimento das manifestações e a conscientização, as mulheres passaram a ser referência de luta, exemplo para as outras mulheres na busca pela independência, como força de trabalho qualificada e capaz, assim demonstrando que necessitavam cada vez menos dos seus companheiros para serem autônomas. Essa luta estimulou outras mulheres a ingressarem no mundo do trabalho remunerado, fora de seus domicílios. Por outro lado, com a força da união baseada nos valores feministas, fundamental na luta das mulheres por seus direitos, elas estenderam essa luta na busca de uma sociedade cada vez mais livre e igualitária.

Diante dessas novas condições, a reação machista e capitalista surge com força e a mulher é reconduzida para setores inferiores do processo produtivo, e a justificativa era pelo fato de ser considerada o sexo frágil, incapaz de produzir melhor que o homem, postura machista que, apegada ao mito da fragilidade feminina, devido à fragilidade física e emocional atribuída à mulher, mantinha-se o preconceito e discriminação no mundo do trabalho capitalista (SAFFIOTI, 1992).

É uma postura ainda fortemente presente nos tempos atuais, as mulheres serem submetidas a todo tipo de violência e servidão ao poder dos homens, consideradas como um ser inferior no universo masculino, pois são incapazes de demonstrar o que querem e gostam,

apenas limitam-se a uma inclinação “natural”, estritamente voltada para o lar e procriação, de ser mãe, esposa, zeladora do lar e educadora dos filhos. Na verdade, qualificações dadas pela sociedade competitiva, a fim de poder manipular a mão de obra feminina de acordo com suas conveniências.

Há mais de dois séculos, a mulher luta pela igualdade, uma igualdade com ganhos relativos, mas que contribuíram para o avanço e novas conquistas das lutas feministas. Apesar das conquistas importantes, a sociedade continua a retratar a mulher como sexo frágil e inferior, sem considerar que a mulher tem ocupado espaços importantes tanto na política como no mercado de trabalho, desafiando cada vez mais a cultura machista e patriarcal. Esses desafios e conquistas têm sido traduzidos pela ocupação crescente dos espaços destinados exclusivamente pelos homens. À medida que a opressão aumenta, em vários lugares do mundo, a mulher começa a conscientizar-se da sua situação social e iniciar uma luta por uma participação ativa na sociedade.

Nas últimas três décadas, no Brasil, o movimento feminista insurge com força na busca pela consolidação da participação da mulher no mercado de trabalho e sua inserção na vida política, reivindicando os mesmos direitos assegurados pela Constituição de 1988, lutando pela igualdade de salários e a conquista do direito de cidadania, combatendo, desse modo, o preconceito e os valores tradicionais. A luta pela equidade e igualdade de direitos das mulheres intervir na política ativa e, sobretudo, no direito de disputarem pleito eleitoral e assumirem cargos políticos – movimento que teve início na década de 60 do século XX, na luta pelo direito ao voto, designado como movimento sufragista. A raiz desta luta pela igualdade de oportunidades políticas entre homens e mulheres permitiu que grandes tensões se instaurassem na sociedade capitalista. Movimentos que agregaram diversas bandeiras de libertação da opressão, assim formaram diversos grupos de ação: por moradia, segurança e educação.

Esse caminho trilhado pelas mulheres no mundo, e em especial no Brasil, em busca por seus direitos e reconhecimento como força política, permite conhecer melhor a história das mulheres do subúrbio ferroviário. É uma história de muitas conquistas, como exemplo a criação de associações comunitárias, como a AMNPEC, mas também trazem relatos de histórias de dificuldades e impedimentos que, por muitas vezes, encerraram o direito de organização e manifestação dessas mulheres, motivados pela discriminação e machismo.

2.2 A REALIDADE SOCIAL DOS ANOS 90, ÉPOCA DAS DESBRAVAÇÕES

No início dos anos 90, apesar do fim do governo ditatorial e início do processo democrático, continuou presente na sociedade brasileira a cultura autoritária, a política repressora com o uso extremo da força do Estado, representado pela polícia. Por outro lado, continuaram as lutas sociais e a insatisfação popular, muitas foram as mobilizações de diversos segmentos populares que estouraram por todos os cantos do país, principalmente pelos moradores das periferias das cidades grandes.

No caso da cidade de Salvador, a situação não poderia ser diferente. As manifestações se fortaleciam na luta pela construção da democracia e conquistas de direitos. Entre os movimentos sociais, um que começou a ganhar destaque na década de 90 foi a luta das mulheres, sensibilizando um número maior de participantes na luta política e nos movimentos sociais. Até mesmo as donas de casa, sem nenhuma expressão política ou organizacional, começaram a ter interesse em participar da vida comunitária, dando origem a vários movimentos e organizações de mulheres, como é o caso das moradoras da periferia de Salvador: Mães do parque, Mulheres e Moradia, Rosa Zumbi, entre outros grupos. Entretanto, não foram fáceis essas conquistas, os obstáculos foram muitos. Segundo os depoimentos das mulheres entrevistadas pela pesquisa, moradoras do subúrbio ferroviário, não foi fácil dar início a movimentos políticos nos seus bairros.

Para que isso acontecesse, foi preciso usar várias estratégias para justificar uma reunião nas casas das companheiras, no horário em que os companheiros estavam trabalhando, evitando assim represálias e intervenções. Essas organizações foram tomando corpo e conseguindo maior frequência de participantes em cada novo encontro. Segundo o relato de uma das mulheres dessa comunidade, era preciso ter um alibi para não sofrerem repressão do marido e da família, e quando as participantes das reuniões eram interpeladas sobre o que elas tanto faziam juntas e o que tanto conversavam, elas criavam algum tipo de justificativa que convencesse os maridos, por exemplo: estavam vendo apresentação de revista da Hermes ou de objetos plásticos e produtos domésticos, alegando que poderiam se cadastrar para comprar ou ser revendedora; na maioria das vezes as perguntas eram feitas de forma inquiridora que exigiam rapidamente respostas.

E fora essas dificuldades, nas reuniões, que se davam dentro das casas destas mulheres, local onde se reuniam periodicamente, os momentos eram prazerosos, sempre com uma recepção regada a merenda ou petiscos (arroz doce, mungunzá, mingau de milho ou

biscoitos diversos), acompanhado de café ou suco; como afirma uma das mulheres entrevistadas: *“esse acontecimento poderia ser comparado ao chá das três dos britânicos, a diferença é que o nosso era regado de muita conversa, e destas saíram diversas estratégias de ocupação e informes de projetos ou benefícios que podemos adquirir”*. Com essas estratégias, tiveram bons resultados: mobilização para obter casas de programas habitacionais, ocupação de terras e terrenos baldios ou desabitados nas margens da Avenida Suburbana.

Um dos resultados de grande alcance foi, de fato, o empoderamento dessas mulheres, a ponto de travarem lutas de ocupação e demarcação de área para novas moradias. Diferente da postura e intervenção social do grupo feminino, os homens moradores da comunidade, só após o ocorrido, ou seja, só depois das iniciativas das mulheres, se incorporavam na luta e no processo de ocupação. Dessa forma, só depois de aguardar e ver as possibilidades de êxito ou não, quando as coisas estivessem bem tranqüilas no ambiente, sem a possibilidade de confronto com a polícia, que tomavam alguma iniciativa e posições, afirma B.F. uma das mulheres entrevistadas.

Esses relatos são importantes para registrar a capacidade de luta e liderança dessas mulheres de Plataforma, que ao longo de muitos anos tomaram a frente para organizar um movimento em prol de melhorias de vida da comunidade e resistirem às manifestações de preconceito, machismo e racismo. Essas colocações serão fundamentais para os estudos e análises do tema na terceira seção, onde será identificado e comparado o atual papel que essas mulheres continuam tendo e os atuais obstáculos por elas enfrentados.

É importante ressaltar que as condições dessas mulheres, no início de suas lutas, eram de extrema pobreza, independente da faixa etária, do lugar que ocupavam como chefes de família ou esposas, do tipo de ocupação para obter renda, seja de marisqueiras, diaristas, domésticas ou mesmo desempregadas e autônomas. Sem nenhum saneamento básico, segurança e lazer, todos os serviços públicos inexistiam na comunidade. Além de as mulheres serem submetidas à exploração dos donos de casas e barracos, ainda passavam por situações de despejos violentos e de tarifas de água e luz abusivas. Na verdade, essas condições, apesar das muitas conquistas advindas das lutas e movimentos comunitários, persistem ainda hoje e continuam sendo motivos para resistência organizada por parte dessas mulheres.

Esse breve diagnóstico socioeconômico e cultural das mulheres da região do subúrbio ferroviário, Plataforma, é o ponto de partida para compreender as possibilidades e limites da luta travada por elas, não apenas pelo reconhecimento do papel político da sua intervenção e

organização social, mas pelo enfrentamento a toda forma de preconceito, do machismo e do racismo.

2.3 O CAMINHO DAS LUTAS DAS MULHERES

As lutas se mantiveram e os problemas também. Uma das lutas travadas pelas mulheres nos últimos anos ocorreu em decorrência dos conflitos entre vizinhos, familiares e entre os bairros, a ponto de ser criada uma fronteira dividindo dois bairros em situação de conflito. A principal avenida, a Avenida Suburbana, tornou-se o limite de fluxo entre bairros circunvizinhos, dando início a um tenso conflito entre as comunidades, envolvendo diversos atores, confundindo e considerando a atuação comunitária com práticas ilícitas.

Esta situação de conflito foi ganhando força ao extremo, demandando a intervenção coletiva. A administração desse conflito, no entanto, foi, como citamos acima, motivadora para, no primeiro passo, a formação de uma organização instituída pela comunidade, uma instituição capaz de representar os vários lados do conflito, visando não apenas diluir os atritos entre os bairros, mas canalizar essa potencialidade na luta pela melhoria de qualidade de vida dos moradores da região de Plataforma. A intervenção das mulheres nesse episódio foi de grande importância, muitas delas tornaram-se lideranças comunitárias e uma referência na busca de solução dos problemas locais.

É importante lembrar que nessas comunidades as famílias são, na maioria, de condições sociais precárias, e formadas por mulheres, mães solteiras, chefes de família, sendo elas a única fonte de sustento financeiro, tendo um grande número de pessoas sob sua responsabilidade. Essas mulheres habitavam (e habitam) precariamente em casas ou barracos de madeira, e muitas destas não têm acesso aos benefícios sociais do governo e nem mesmo de instituições filantrópicas. O acesso aos benefícios sociais muitas vezes não chega e, por isso, são motivos para se organizarem e lutarem por uma vida digna e cobram isso dos órgãos públicos responsáveis.

A identificação das condições socioeconômicas e cultural desses bairros de Plataforma, obtidas através de um diagnóstico e entrevistas realizadas com as moradoras e lideranças locais, possibilitaram contextualizar a pesquisa para melhor compreender o papel

da mulher como autora política da comunidade, e identificar as suas dificuldades de atuar nesse espaço institucional da política.

3 MULHER E PARTICIPAÇÃO NA LUTA COMUNITÁRIA

3.1 AS MULHERES DA COMUNIDADE

Seguindo os passos de Costa (1998), que desenvolve uma análise que contenta os propósitos dessa pesquisa relatados acima, no seu livro “Donas do Poder”, em especial no capítulo “Gênero poder e empoderamento das mulheres”, ela traz a seguinte definição de poder:

[...] o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a ideia e o ato. (COSTA, 1998)

Já Lagarde (1993), se refere ao poder de uma forma mais incisiva e contundente:

[...] a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos [...]. Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder. (LAGARDE, 1993, p. 154).

É com este olhar que se inicia o relato da situação de subordinação das mulheres, um fenômeno histórico cultural que envolve a comunidade, objeto de estudo dessa pesquisa. Nesses relatos foi identificado diversos pontos que as unem, e alguns que as separam, entre esses, a guerra do poder e as questões de gênero. Essa identificação inicial faz entender que não existe uma predestinação natural na qual afirma ser a mulher inferior ao homem.

Historicamente, a vida em sociedade que se formou no Brasil, traz a marca da cultura patriarcal, homens e mulheres ocupam lugares distintos, a mulher ocupa lugar de pouca importância na consolidação da cultura pública, tendo lugar de pouco destaque na vida social e de exclusão ou submissão em relação aos homens.

A comunidade pesquisada é formada por maioria de mulheres chefes de família, isso se deve ao fato de a maior parte dos homens, pais e maridos, estarem fora, trabalhando, presos ou mortos. Isso foi possível verificar através da observação participante, metodologia de pesquisa vastamente utilizada nessa monografia.

As mulheres da comunidade do subúrbio ferroviário, além de chefes de família, têm um histórico de lutas, ao longo de muitos anos foram capazes de se mobilizar e organizar para tornar público os problemas locais. Essa capacidade fez surgir uma associação local para reivindicar diversas bandeiras, entre estas o direito à moradia digna e segurança pública. Ao construir esta associação, elas se depararam com muitas dificuldades e limitações, principalmente em relação à falta de credibilidade de muitos membros familiares, sobretudo dos seus maridos. Também se depararam com a resistência dos homens, que já participavam de atividades comunitárias, algumas lideranças reconhecidas. A associação foi ganhando força e tornou-se uma referência para a comunidade, como uma entidade representativa dos anseios dos moradores.

O espaço conquistado por essa associação, fruto da luta das mulheres, tornou-se uma ferramenta institucional que exigiu montar uma estrutura administrativa e de poder, na qual os homens, e antigas lideranças masculinas, passaram a se apropriar e ocupar o lugar das mulheres, como já referido acima. A associação passa a ser denominada de AMNPEC. A entrada dos homens da comunidade na Associação ocorreu na primeira formação da diretoria, deixando as mulheres que lutaram e sistematizaram o projeto de atividades para a comunidade de fora, e a justificativa para esse comportamento foi o limitado número de vagas para a composição administrativa e de poder.

Nesta estrutura hierárquica novamente as mulheres foram subjugadas ao poder dos homens. Entretanto, com o passar dos tempos, tal realidade começa a mudar e o lugar da mulher da comunidade do subúrbio ferroviário foi se alterando, principalmente no final do ano de 2012. Nesse período, as mulheres se reuniram em uma assembléia, previamente marcada, e se organizaram para ganhar os lugares de poder da instituição, colocando seus pleitos na ordem do dia. Em eleição realizada em 2012, a maioria dos homens, mesmo utilizando os velhos métodos de “ganhar no grito” e com intimidações, não conseguiu mudar

o resultado final. Nesse momento, as mulheres tomaram a decisão de se afastar da entidade e fundar outro grupo, ao qual elas mesmas escolheriam sua diretoria, que na sua totalidade seria formada pelas mulheres.

Essas mulheres que foram execradas do processo anterior da AMNPEC formaram o grupo de mulheres Fênix, grupo este que se sobrepôs aos trabalhos iniciados pela AMNPEC a ponto de enfraquecer a sua gestão e suas atividades, mostrando assim a inabilidade dos homens para a mobilização comunitária.

Este grupo conseguiu fazer uma transformação social, principalmente em grande parte das mulheres das comunidades, o qual despertou em algumas mulheres o desejo de sair de suas vidas rotineiras, isto é, de serem donas de casa, de serem submissas aos homens, ou seja, estarem limitadas às atividades do cuidado doméstico. As mulheres foram em busca de sua inserção na sociedade, isto as impulsionaram a irem à luta por seus direitos, assim alteraram seus destinos: de serem rainhas do lar, por meio do casamento e do trabalho doméstico, a simplesmente serem donas de suas próprias vidas, muitas destas se transformaram em empreendedoras, comerciantes, artesãs.

Nesse novo contexto, já começando a ser inserida no mercado de trabalho, a mulher da comunidade se transforma, e não mais vivendo a condição de oprimida e sem direitos fundamentais, começa a ter consciência do seu lugar como trabalhadora, transformadora social e toma a liderança da comunidade. A partir daí, começa a se organizar e se manifestar em busca dos direitos femininos e de direitos igualitários, bem como da redução da violência, direitos a ter suas casas em seus nomes, de votar e serem votadas entre elas mesmas. Isto se transformou em uma luta histórica contra a cultura patriarcal e machista, que é o pilar da reprodução e manutenção das relações produtivas do capitalismo. As mulheres dos bairros Boiadeiro e Conjunto Nova Primavera, do subúrbio ferroviário, foram conquistando os espaços de poder institucional, até então usufruído pelos homens que se apropriaram da comunidade, e assim se transformaram em mobilizadoras sociais, transformando a realidade da comunidade, uma delas, foi ter tirado os dois bairros do mapa de super violentos e passando a ser um fato ocasional.

As lutas não foram fáceis, segundo os depoimentos de muitas mulheres entrevistadas, pois a primeira atitude foi desafiar as ordens machistas, conservadoras que as colocaram em posição de subordinação do lar, sem direito a se mobilizar e reivindicar. Às mulheres cabia o papel de reproduzir, criar, educar e cuidar dos filhos e do marido, elas eram tratadas como inferiores aos homens, não tinham poder de escolha ou de decisão em nada em suas vidas e

ainda sofriam grande pressão da religião, condição que é analisada por Costa (1998) no seu livro “Donas do Poder”. Segundo ela:

Como podemos ver, estes conceitos de poder vão além do poder político, do poder formal presente no âmbito do Estado, do poder resultante das hierarquias funcionais. Na verdade, o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal. As instituições e estruturas do Estado são elementos dentro de certas esferas de poder, cujas concepções se fundem na complexa rede de relações de força. Nesse sentido, o poder pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais. (COSTA, 1998).

Com o crescimento das manifestações e conscientização política das mulheres da comunidade, à frente da luta pela libertação feminina, essas mulheres se tornaram referências para as outras mulheres, pela condição conquistada de mulher empoderada e cada vez mais independentes, sem a necessidade de prenderem-se aos cuidados dos filhos, da casa e subordinação aos seus companheiros, mas sabendo conciliar esses afazeres domésticos com sua luta política.

Esses exemplos fizeram com que mais mulheres buscassem trabalho fora de seus domicílios, em atividade remunerada. Aquelas que não ascenderam a estas atividades começaram a se incomodar com as suas condições e realidades vividas. Hoje, como resultado dessa luta, uma das mulheres líder da comunidade se tornou a presidenta nacional de um sindicato de classe, de trabalhadoras domésticas, que representa a maioria das mulheres da comunidade, pois o primeiro contato delas com o trabalho fora de casa foi de empregada doméstica. É com essas mulheres, lideranças dessa comunidade, que se inicia as rodas de conversas e entrevistas, com o objetivo de conhecer, compreender e analisar a realidade de suas lutas e as transformações conquistadas na comunidade e em suas próprias vidas.

Antes mesmo de relatar os resultados da entrevista, será apresentada a entrevistada, que será chamada de C.S.⁴. A entrevistada tem 49 anos e mora no subúrbio ferroviário de Salvador, local onde atua como liderança comunitária, Presidenta, e diretora sindical do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos – Sindoméstico, que é um sindicato de grande base com grande representação da categoria dessa classe de trabalhadoras.

A entrevista envolveu diversos temas, tais como a sua condição de mulher, liderança, maternidade e trabalho. A primeira pergunta foi sobre o que ela entende por raça e racismo. Segundo C.S., racista é aquela pessoa que nega a existência do outro como ele é. Principalmente por causa de sua pele e cabelo.

⁴Todas as entrevistadas, por questões éticas, terão seus nomes omitidos, sendo identificadas pelas suas iniciais.

Ela relata um acontecimento sobre uma reportagem em um jornal televisivo, em que uma menina fala sobre o racismo e discriminação que sofreu ao iniciar sua vida escolar em uma escola particular de classe média alta. Segundo C.S., a menina era filha de pais bem colocados no mercado financeiro e isto não a livrou dos atos e situações de discriminação entre seus amigos ou colegas de classe, que a perguntavam por que ela era tão diferente, com aqueles cabelos crespos e a cor de sua pele preta, até a forma de seus lábios era questionada. Ela começou a responder que tinha tomado banho de pinche para ficar daquela forma, mais adorava ser assim e questionou porque eles não tentavam fazer o mesmo, logo saberiam como era bom parecer com ela. Poderiam então se vestir parecido com ela e se sentir livre e ser o centro das atenções. Isso revela, segundo C.S., que tem muita gente sem ter o que fazer, que só ficam observando os outros e não produz nada para si. Finalizando, segundo ela, ser negra é ter cabelo crespo, dreadlocks, alisados ou raspados, é ter vestimentas particulares, religião própria e cor forte com a consciência sobre si e para si.

Outro questionamento feito a ela, foi sobre o que é ser uma mulher sindicalista. Segundo C.S.: *“ser sindicalista e principalmente ser presidente de um sindicato, é ser representante direta e indireta de uma classe que na sua maioria esmagadora é formado por mulheres com mais de oito milhões de trabalhadoras no Brasil”*.

A maior luta nessa profissão é diferenciar o que é trabalho regulamentado e o que é escravidão. Para a entrevistada, trata-se de um trabalho em que os nossos direitos não são respeitados, *“agora, após muitos anos de luta, que as trabalhadoras domésticas começam a ter nossos direitos garantidos por leis iguais à dos outros trabalhadores”*. Além disso, C.S. coloca que:

Ainda existe muitas mulheres trocando seu trabalho por comida ou roupas em fase da pouca escolaridade e de ser refém por se sentir só após ser retiradas do seio de suas famílias e de seus municípios de origens para servir a algumas famílias de posses históricas que ainda as tratam como escravas e as chamam de (Sobrinha ou Afilhadas), estas sem salários e nenhuma garantia social, sem contar que uma grande parte é abusada sexualmente pelos homens desta tal família, tipo (filhos, pais e até sobrinhos) da casa desta família, e logo após as deixam abandonadas a própria sorte. O sindicato das domésticas ainda encontra grande resistência, até por que a nossa base está dentro das casas dos patrões que em um ambiente particular(privado) temos dificuldade de levar a informação sobre os direitos destas e mostrar o que lhes é negado pelos proprietários destas casas. (C.S., 2015).

A entrevistada C.S., nos conta como a associação conseguiu mobilizar as mulheres e ter o apoio delas na construção de um sindicato. Relata que mudaram a estratégia e o foco,

buscando estas mulheres em suas comunidades de residência em residência e no seu trajeto de ida e vinda para trabalho/casa, fazendo assim algumas intervenções e as aproximando do sindicato e das associações de bairros parceiras, levando-as a se assumirem enquanto trabalhadoras domésticas, ressaltando que esta foi a forma encontrada para a mobilização das mulheres da comunidade participarem da vida pública.

A AMNPEC foi uma experiência piloto, que com a sua diretoria ativista, articulou nos bairros do Boiadeiro e Conjunto Nova Primavera, junto com grupo que foi nomeado como Fênix, a inserção de um número maior de mulheres na Associação. A AMNPEC passou a oferecer cursos de qualificações nas áreas de panificação, confeitaria e estética. Muitas dessas mulheres já se colocaram no mercado de trabalho nestas funções e assim têm-se empoderado mediante as suas histórias de luta e vida. Acontecem todos os anos, no dia 27 de abril, um café da manhã para as domésticas e as mulheres das comunidades do Boiadeiro e do conjunto Nova Primavera. Café este que tem um grande número de participantes mulheres, que vem aderindo à luta das comunidades.

A entrevistada informa que já está há um bom tempo no movimento sindical e reconhece que, neste momento atual, mesmo com muita manifestação do machismo com um número grande de casos de violência e de feminicídio, muitas mulheres festejam as suas conquistas e autonomia financeira, podendo voltar à sala de aula e melhorar o seu futuro, dando um tom diferente do percorrido até ali, se livrando da violência doméstica, da submissão financeira e da dependência residencial e do controle do seu corpo e da sua sexualidade. Nos dois bairros citados, Boiadeiro e Conjunto Nova Primavera, houve uma mudança radical, até por que a maioria das residências da localidade é chefiada por mulheres, podendo assim “tomar pé” de suas famílias e vidas, ou seja, ter autonomia de decisão sobre o futuro familiar.

Para finalizar a entrevista com C.S., foi realizada uma dinâmica chamada de “ligeirinha”. Foram feitos os seguintes questionamentos: O que é:

Mulher: “*É tudo (motriz propulsora e contínua)*”.

Comunidade: “*Fortaleza (se tem uma comunidade forte e próxima, você está blindada, pois uns defendem os outros)*”.

Sindicato: “*Luta e Resistência por direitos, um não a escravidão*”.

Ser negro: “*Lindo e Alto ativo*”.

Ser uma mulher Empoderada: “*Ser eu mesma, lutando com respeito para me respeitarem*”.

Com a força da organização e articulação das mulheres dessa região, vários movimentos de mulheres eclodiram. Os reflexos dessas iniciativas e condições de luta chegaram até o subúrbio ferroviário de Salvador, pois os homens que estavam à espreita do processo, ficaram muito chocados com tal poder de mobilização e organização, sentindo-se afrontados pelo empoderamento das mulheres locais

Foi feita entrevista com outra mulher moradora da região e que também foi uma liderança de bairro. Com o seu depoimento foi possível identificar o sentimento de centenas de outras mulheres moradoras da região. A mesma será identificada como E.V.

Segundo a nossa entrevistada, não faltou coragem e desempenho para as mulheres dessa região tomarem a frente e criarem um movimento de luta por melhoria de vida daquela comunidade. A partir daí, criaram estratégias de combate e solução dos problemas vividos, aperfeiçoando e disseminando as idéias coletivas, o que exigiu delas a união em torno dos valores e objetivos do movimento. Esta iniciativa não teve a participação dos homens na sua construção, e isso limitou o espaço dos homens nas disputas e discussões. Diante dessa frente de batalha, principalmente visando à luta e à conquista de moradias para essa população, a mulher foi gradativamente se afastando da atividade produtiva (muitas limitaram as suas tarefas domésticas), pelo fato de terem feito a opção de estar à frente desse movimento, luta pela qual os homens se eximiram e negligenciaram, inicialmente. Segundo a entrevistada E.V.:

Com o mito de que a mulher é sexo frágil, essa condição que surgiu devido à fragilidade física e emocional atribuída à mulher, como afirmam alguns estudiosos do assunto, dificulta a luta feminista. As mulheres, apesar de todos os avanços, continuam, em grande parte, na condição de submissas. Consideradas como um ser inferior ao homem, que não demonstram os seus desejos e sentimentos, apenas limitam-se a uma inclinação estritamente voltada para o lar, e sua função é procriar, ser mãe e esposa, zeladora do lar, educadora dos filhos; Ledoengano, somos sim e boas de política. (E.V, 2015).

Essas são atribuições impostas às mulheres pela sociedade competitiva, a fim de poder manipular a mão de obra feminina de acordo com suas conveniências de reprodutora e educadora de força de trabalho utilizada pelo capitalismo. Entretanto, a história que colocou a mulher como sexo frágil, tem se deparado a cada dia com uma mulher mais forte e empoderada, ocupando seu espaço nas universidades, na política e no mercado de trabalho. À medida que a opressão aumenta, em vários lugares do mundo, a mulher começa a

conscientizar-se da sua situação social e dá início a uma luta por mais participação ativa na sociedade.

É importante lembrar os anos 60, quando o movimento feminista insurge com o objetivo da consolidação da participação da mulher no mercado de trabalho e sua inserção na sociedade política, bem como a reivindicação dos mesmos direitos assegurados pela Constituição, lutando pela igualdade de salários e a conquista do direito de cidadania, combatendo o preconceito e os valores tradicionais. A luta pela equidade e igualdade de direitos das mulheres intervêm na política ativa e, sobretudo, o direito ao voto, o qual foi designado como movimento sufragista. Em plenos anos 90, ainda não é respeitado estes direitos adquiridos a anos atrás, e pensando nisto que se pode dizer que as mulheres devem se apropriar dos espaços e demandar a política para si e para as outras, no intuito de se impor aos desrespeitos masculinos.

A raiz desta luta pela igualdade de oportunidades políticas entre homens e mulheres permitiu que grandes tensões se insturassem na sociedade capitalista, aí elas se sobrepujam, com a união de diversas bandeiras e a intenção de se libertar da opressão. Essas lutas foram, em grande parte, tidas como avesso aos interesses dos homens, nas quais se viam confrontados com inúmeras reivindicações que emergiam dos movimentos de mães, de mulheres, ativistas etc. Foi nesse contexto de lutas históricas que nasce o movimento das mulheres do subúrbio ferroviário, dando origem a associação de moradores (AMNPEC).

3.2 OS ENTRAVES CRIADOS PELA AMNPEC

Conforme comentado, com a formação da AMNPEC, muitas mulheres que inicialmente deram origem ao movimento que promoveu a fundação dessa instituição, foram excluídas da sua direção. Vários foram os impedimentos que travaram o direito desses grupos, um dos principais, como relata uma entrevistada, identificada como H.E., foi a própria disputa no âmbito familiar. Como nos relata H.E., seu próprio marido ficou receoso de que ela descobrisse os seus direitos, e com isso deixasse de ser refém psicológica dele. Ela, no entanto, elevou-se ao cargo de representante de parte da população daquela comunidade, entendendo que poderia caminhar mais e mais. Com esse nível de consciência, ela se inseriu na luta política e pleiteou sua candidatura a vereadora em 2008, obtendo 730 votos, sendo 612 votos da comunidade.

Segundo dados de pesquisas sobre processo eleitoral, uma tendência é de que as mulheres, mesmo aquelas engajadas em movimentos sociais, nos momentos de disputas eleitorais, seja para o legislativo ou o executivo, acabam não votando nas mulheres, não só pelo fato de afirmarem que falta capacidade política às mulheres, mas muitas ainda concordam que política não é para as mulheres, mas sim atividades masculinas. Por isso, acabam votando nos homens para serem seus representantes políticos. Nessa eleição, em que teve como candidata uma representante da comunidade, muitas mulheres sofreram pressão dos companheiros e outras pessoas da comunidade, justificando a necessidade de eleger candidatos com condições de atender as suas demandas emergentes como troca de voto. Os resultados dessa disputa eleitoral confirmam o resultado das práticas acima citadas.

A candidatura a vereador e vereadora do ano de 2008 apresentou o seguinte resultado: a candidata teve 612 votos da comunidade, enquanto um candidato sem nenhuma relação com a comunidade, teve 4915 votos. Este resultado, obtido nas rodas de conversação, foi justificado pela discriminação de sexo, etnia e classe social. Nas palavras de uma participante desse processo, moradora da comunidade, à qual chamaremos de S.T.: *“Santo de casa não faz milagre. Como e por que votaríamos em alguém que não tem jeito de político que não vai fazer as coisas certas e não tem conhecimento?”*. Essa resposta vem acompanhada de risos de vários outros participantes da roda de conversa, que teve participação de várias mulheres da comunidade.

O que foi dito e descrito faz parte dos diversos níveis de consciência dessas mulheres, que se juntam na luta por diversos ideais, ombro a ombro, e, apesar disso, não acreditam em uma conquista além da que fora iniciada, tempos atrás, e essa crença se dá por vários motivos, entre eles o de não se sentirem aptas a atividade política institucional ou por não acreditarem na mulher como representante política no espaço de poder constituído. Mas essa afirmação não é consensual, entre elas há um número pequeno que pensa diferente. É o que diz uma outra entrevistada, que será chamada de B.F.:

As mulheres quando se organizaram e defenderam pautas gerais, também representaram a comunidade e os homens, independente delas se sentirem afrontadas ou sofrerem discriminação por parte deles, em diversos momentos como já podemos mostrar, as mulheres encabeçavam as tomadas de decisão e mobilizavam para acontecer as mobilizações da comunidade, podemos citar a mobilização. (B.F., 2015).

A condição da mulher como sujeito político é, muitas vezes, pensada e praticada em espaços restritos à mobilização e atuação nos locais de moradia. Quando a atuação tem como

propósito o espaço político institucional, há as limitações que indicam a naturalização do homem como ator político nas esferas do poder constituído. É o caso de muitos partidos e sindicatos que, apesar do apoio e participação efetiva da mulher, em geral são excluídas de postos de direção. Esse foi claramente o que aconteceu com as mulheres da região do subúrbio ferroviário em Salvador.

Outro depoimento adquirido na pesquisa foi de C.M., que hoje preside uma das maiores instituições nacionais de trabalhadores e trabalhadoras. Ela está no movimento sindical desde 1983, fundadora da associação profissional das trabalhadoras domésticas na Bahia, em 1986. Logo após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi possível formar o Sindoméstico-Ba, que teve sua fundação em 13 de maio 1990. C.M. é uma mulher negra que, como muitas e muitos, repudiam o racismo e o classifica como uma violência praticada com o povo não branco e que, afirma ela, existe desde a vinda dos negros traficados da África. Uma chaga na sociedade, segundo ela, contra os não-brancos que não gozam de privilégios.

Desde o início, existe a divisão sexual do trabalho, onde os homens trabalhavam na lavoura e as mulheres com trabalho doméstico das casas grandes. Mesmo com a Lei Áurea, promulgada pela princesa Isabel, a população negra continuou com uma situação precária social e economicamente. Reproduzindo as palavras de C.M.:

A Lei Áurea aparentemente beneficia a população negra, que saiu das fazendas para as cidades e passaram a viver uma situação ainda mais precária, de desabrigados e mendigos. Com a libertação do povo negro que ficou deriva do processo, os fazendeiros foram buscar os europeus (brancos) para fazer o trabalho que os negros faziam, mão de obra remunerada pelos fazendeiros, distinto da força de trabalho escrava, que trabalhavam forçados sem nenhum tipo de remuneração, e por isso os fazendeiros acumularam tanta riqueza. As mulheres que eram a maioria entre os escravos passaram a se ocupar nas cidades com o trabalho doméstico, que não tinha nenhuma regulamentação e, por isso, eram “pagas” com alimentação, moradia, por exemplo, mas nunca salário. Este foi o caminho histórico das mulheres negras em relação ao trabalho doméstico. (C.M., 2015).

Apesar de muitos avanços, afirma C.M., a sociedade continua a negar a existência de trabalhadoras domésticas na história, as quais cuidam da casa, dos filhos e até das administrações de famílias para que os seus patrões se tornem doutores e bem-sucedidos, em detrimento destas que moram em morros sem saneamento básico, sem garantias de seus direitos básicos, sendo vítimas de diferentes formas de racismos, tipo violência familiar, institucional e de gênero em suas diversas formas.

Negar o seu próprio estereótipo, não expressar as suas crenças, se acomodando com o local ao qual a sociedade lhe reserva, “*deixando afirmado, que as mulheres negras não se vê em bons programas ou propagandas, mesmo sendo consumidoras destes produtos, estamos bancando o racismo velado, o mesmo que se afluara em atitudes violentas impensadas*”, afirma a entrevistada C.M. Relata ainda que:

Já fui vítima de várias formas de preconceitos, no passado não observava a tamanha violência que era para comigo, hoje tenho outro olhar, rebato e me posiciono. Não dá para eu entrar em uma loja e a atendente me oferecer as peças mais baratas ao invés de me deixar a vontade, ou ainda queria se livrar de mim, ou achava que não poderia pagar por um produto de melhor qualidade. Não dá para estar em uma entrevista em que você está lá como representante de uma categoria e o entrevistador se dirige a/ao advogada/o, e quando tomo a frente para responder eles/as se surpreendem pelo fato de me expressar bem, como se uma mulher negra, empregada doméstica, não fosse capaz de se expressar muito bem. Isso mostra que o/a mesmo/a não aceita que uma negra empregada doméstica, possa ter boa dicção ou saber se portar em locais elitizados.(C.M., 2015).

Essa situação, diz C.M., mostra que “*eles/as tentam nos invisibilizar, para não ceder o espaço a nós devido.*” Estar à frente de um sindicato como o Sindoméstico é uma honra, afirma ela, pois imagine uma mulher negra a frente de uma categoria com grande relevância a sociedade?, afirma C.M. Nessa entrevista, ela nos relata sobre as dificuldades que é mobilizar a categoria a qual pertence, até por que elas estão dentro das casas de grandes empresários e diversas pessoas que compõem a sociedade burguesa e têm posição totalmente retrógrada aos nossos direitos. Hoje a lei que garante os direitos das trabalhadoras domésticas foi uma conquista dura, lembra C.M. Foram muitos os descasos nos trâmites desse Projeto de Lei (PL), por parte de alguns senadores para que fosse sancionada, conseguiram a aprovação e ainda estão lutando para implementar na íntegra sua aplicação.

Com esses depoimentos de mulheres empoderadas, a articulação destes espaços conquistados não pode ser retrocedido e a luta contra a opressão e o machismo tem que ser diária, entendendo que o lugar da mulher é o lugar de combate ao machismo e sexismo, uma luta que tem que transversalizar com outras situações de opressão e discriminação, como o racismo, xenofobia e homofobia, por exemplo.

Seguindo o mesmo modelo de finalização das entrevistas, foi questionado a C.M. sobre as questões que estão relacionadas à sua luta como liderança de uma categoria e representante da comunidade de Plataforma. As questões ajudam a identificar o que pensa e

faz uma liderança que se tornou referência nacional. Ao ser questionada a respeito de que ela pensa sobre o sentido do trabalho, a mesma responde que *“é a sobrevivência de todo ser humano. Troca de força física e psíquica por salário em reconhecimento”*.

Sobre racismo ela coloca que: *“é uma doença, um tumor maligno que acaba com nosso povo não-branco, denomino como uma chaga da sociedade”*. Ao ser questionada sobre sua função de sindicalista e o que ela poderia dizer sobre sindicato, a mesma relata: *“É o órgão mediador para o enfrentamento entre patrão e empregados/as, visando a garantia de direitos”*. Com relação a sua opinião sobre associação das mulheres, ela responde que: *“É o troco aos representantes que não nos representa. Lá é nosso espaço, podemos até perder, mas vamos lutar como Zumbi e Dandara para nos defender dos golpes”*. Ao ser perguntada sobre ela mesma, a entrevistada coloca que: *“Sou uma mulher negra, moradora da periferia, sindicalista, que acredita na melhora da sociedade, levando em conta a reparação devida, por sermos sabotados historicamente”*.

Enfim, pode-se concluir essa seção afirmando que as conquistas das mulheres na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador revelam as possibilidades de uma luta local, com conquistas de melhoria de vida dos moradores e a criação de um espaço de empoderamento das mulheres, que passam a agir com autonomia, lutando contra as opressões que começam no ambiente familiar. Mas também, revela limitações nessa luta, ao enfrentar o machismo estrutural nas instituições de poder que exclui a mulher nos cargos de direção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs estudar e pesquisar a realidade das mulheres do subúrbio ferroviário de Salvador através de sua luta comunitária, enfrentando as dificuldades e a cultura machista. Através de relatos valorosos essas mulheres, ao responder e lembrar dos

acontecimentos que passaram, superados ou não, ajudam e ampliam o entendimento teórico e empírico sobre a desigualdade de gênero em espaços de poder político.

Esse trabalho traz uma rica experiência que pode ser referência para ampliar o debate acadêmico e fortalecer as estratégias de empoderamento das mulheres. Nesse sentido, elevar a condição de disputa, a tomada do poder pelas mulheres que, munidas de informações estratégicas, com estas e outras ferramentas, possam “partir para cima” e reivindicar a paridade nos cargos de maior relevância das entidades e outros espaços de deliberação e de influência política. Essa experiência as permitem usar ferramentas de luta capazes de não deixar os acordos serem um pacto meramente subjetivo e hierárquico.

Essa pesquisa demonstrou que a história de luta das mulheres nos espaços de participação social cresceu a partir do final do século XIX, podendo-se dizer, que nos últimos anos, houve uma verdadeira “revolução” feminina. Apesar das conquistas obtidas pelos movimentos de mulheres nas últimas décadas, o número de ocupantes nos espaços de poder, ainda apresenta-se em níveis aquém do desejado, não correspondendo proporcionalmente ao peso da população feminina, pois elas somam 52% do eleitorado brasileiro.

No Brasil, o número de eleitoras é maior do que de eleitores masculinos, mas o número de ocupantes femininos em cargos eletivos é proporcionalmente inferior ao de eleitoras. Isso ocorre devido a um histórico de submissão das mulheres e do mito de que a política não é lugar para as mulheres, mas um espaço masculino. Essas condições históricas contribuíram significativamente para que as mulheres relutassem em transferir o seu direito de representação nos espaços de poder para outras mulheres, pois têm dificuldade em aceitar os iguais em fragilidade. Segundo os relatos, estar em grande número na base social não decide o domínio de todos os espaços políticos, mas sempre sub-representadas em relação ao potencial de atuação política. Hoje vemos grandes avanços no que se refere à participação feminina.

As mulheres ocupam vários cargos políticos: nas associações de moradores, nas coordenações de movimentos sociais, nas Igrejas, algumas são pastoras. Em alguns Conselhos as mulheres deliberam políticas públicas, atuam no poder judiciário ou no ministério público e, mesmo assim, a mulher ainda é discriminada socialmente, politicamente e economicamente. Neste contexto, percebe-se a necessidade urgente de mudar globalmente a forma de participação da mulher.

Vale ressaltar que, no século XX, graças ao movimento das sufragistas, culminado com a conquista do voto pelas mulheres, estas passaram a ter uma participação política mais ativa na sociedade, encontrando seu espaço através de muita luta para adquirir seus direitos

como cidadã, como trabalhadora, como mulher e como mãe. Neste sentido, a contribuição dos movimentos feministas e de mulheres foi valorosa, com o intuito de mitigar as desigualdades entre homens e mulheres no espaço público e privado. Entretanto, diante de tantos avanços, ainda persiste uma ótica sexista, machista e discriminatória no que se refere à participação da mulher nos espaços de poder, em especial a mulher negra.

A mulher moradora do subúrbio ferroviário de Salvador, sofre discriminação: primeiro, por ser mulher, segundo, por ser negra, terceiro, por ser pobre. A pobreza a que a mulher negra está submetida reforça o preconceito existente. Quando esta se reafirma em seu espaço e vai em busca de reconhecimento e direitos, se esbarra na cultura machista levando-as a resistir e construir organismos de representação, em contraposição à prática dos homens, que lutam sem pudor para ocupar os cargos relevantes e deixando-as propulsoras em locais subalternos na entidade.

Ainda é um grande desafio para as mulheres alcançarem o poder, e quando conseguem, têm que comprovar o tempo todo a sua competência, além de lidar com o preconceito e a discriminação sexista que ainda aporrinha nossa sociedade, lhes exigindo maiores esforços para a conquista do ideal pretendido. Essas situações somente serão vencidas com união e dedicação dos diversos pares envolvidos nas lutas sociais, pois não dá mais para as mulheres construírem e os homens ocuparem. A luta das mulheres do subúrbio ferroviário de Salvador mostrou isso, foi um movimento de resistência iniciado por mulheres cuidadoras de filhos e marido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo, Ed. Forence-Universitária, 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 [1949].
- BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá, EDUEM, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2016;
- _____. **Lei N° 13.104**, de 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 21 fev. 2016.
- _____. **Lei Maria da Penha**. Lei N° 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 21. Fev. 2016.
- COLLIN, Luci. **Inescritos**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2004.
- COSTA, Ana Alice. **As donas no poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/Ufba; Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. Coleção Bahianas, v.2.
- FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. **Gênero e exclusão social**. 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- Caderno IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias. In: _____. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**, v. 3, p.779-795. 2009. Brasília: IPEA, Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2016.
- DIEESE⁵. (DIEESE,2007). O Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-Ba), no IV Congresso Nacional de Mulheres Petroleiras, 2015,
- TOLEDO, Cecília. **Mulheres o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Xamã, 2001.

⁵ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. DIEESE, Ano 3 – N° 37 – Novembro de 2007.

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile**: las feministas y los partidos políticos. Santiago: Flacso, 1987.

LAGARDE, Marcela. **Los Cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. México: UNAM, 1993.

LEÓN, Magdalena. **El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo**. In. León, Magdalena. 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bangiovi.. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (org.) **Uma questão de gênero**. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAYÃO, Débora Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **REVISTA PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 21, n. 1, jan/jun 2003. Editora da UFSC: NUP/CED, 2003.

SILVA, Tatiana Dias. **Gestão da Transversalidade em Políticas Públicas**. 2011. RJ – Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2041.pdf>>2011. Acesso em: 21 fev. 2016.